

Constituintes liberais querem isolar xiitas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Parlamentares do PDT, do PT, do PCB, do PC do B, do PSB e das facções do PMDB devem agir em conjunto nos próximos debates e votações na Comissão de Sistematização e no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Apesar da variedade de siglas, o objetivo será comum. Pelas previsões dos moderados do próprio PMDB, as esquerdas deverão fazer muito barulho, mas na hora da decisão não terão condições de ganhar. Deverão ficar isoladas, em minoria.

No PMDB, no PFL, no PL, no PDS, no PDC e no PTB estão-se movimentando, há dias, dois grupos com idênticos objetivos — a busca do equilíbrio na elaboração da nova Constituição. Desde o início da aglutinação das correntes esquerdistas surgiu a reação dos que pretendem evitar uma Carta constitucional estatizante. A minoria agitada despertou reação na maioria silenciosa. Nos agrupamentos majoritários desceu o espírito de conciliação.

A maioria da Constituinte, formada de parlamentares de centro, centro-esquerda e centro-direita, depois dos episódios das subcomissões e das comissões temáticas, entendeu que o melhor caminho seria somar forças — ou somar votos, no acordo possível.

As reuniões das esquerdas do PMDB, no último fim de semana, em Brasília, mostraram, com antecedência, como será difícil para Ulysses Guimarães evitar a implosão da "frente" que preside, na convenção nacional extraordinária, dias 18 e 19. As teses e propostas apresentadas sábado e domingo, pelo chamado "grupo progressista" do PMDB, dificilmente terão respaldo da maioria do partido, no plenário da convenção.

Mesmo assim, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, não se quer descuidar. Do outro lado tomaram posição antigos companheiros seus do "grupo moderado" do PMDB que até 1985 seguem a liderança de Tancredo Neves, como Afonso Camargo, Fernando Lyra, Carlos Cotta, Carlos Mosconi e muitos outros.

Parece que foi há um século a reação dos "autênticos" de ontem e da "esquerda independente" de ontem, contra a escolha de Tancredo Neves de colocar no segundo posto da direção nacional do PMDB — secretaria-geral — o então senador "bionico" Afonso Camargo. Hoje, eleito diretamente para o Senado, o parlamentar paranaense forma ao lado dos líderes radicais do seu partido, do PT, do PC do B, do PDT, do PSB, do PCB, no grito de "diretas 88".

Como Fernando Lyra, ex-ministro de Tancredo Neves e José Sarney, o senador Afonso Camargo, vice-presidente do PMDB, tem sido um dos mais duros críticos do governo e da Nova República. Lyra e Camargo andam dizendo que o presidente Sarney não cumpriu os compromissos de Tancredo — instituindo, am-

bos, incompetência, falta de autoridade, submissão a militares, passividade diante da corrupção.

O senador pelo Paraná e o deputado de Pernambuco apoiaram, participaram e aplaudiram decisões das esquerdas, no final de semana, de repúdio à identificação do PMDB com o governo Sarney, contra a utilização da Lei de Segurança Nacional para punir badernes do Paço Imperial do Rio de Janeiro. Denunciaram, também, a timidez na execução da reforma agrária, a alienação do subsolo, a política econômica e o Plano Bresser.

O ministro da Fazenda e o líder do governo na Câmara são os alvos preferidos das esquerdas. Os moderados esperam moções de censura a Bresser Pereira e a Carlos Sant'Anna na convenção nacional extraordinária do partido. No clima que se está formando será arriscado apresentar moção de apoio e solidariedade ao presidente, ao Plano Bresser, ao governo, como um todo.

No início do ano, durante reunião conjunta das bancadas do PMDB na Câmara e no Senado o deputado paulista Roberto Cardoso Alves ousou apresentar moção de apoio à declaração da moralória e às medidas anunciadas no setor econômico. Foi o caos. Cardoso Alves praticamente ficou falando sozinho na defesa do governo. Ninguém quis dar um cheque em branco ao presidente Sarney, diante do maior compromisso de Ulysses Guimarães.

A confusão no PMDB é tamanha que na agonia da gestão Dilson Funaro, à revelia das bases, a direção nacional divulgou duas ou três notas oficiais, de solidariedade ao ministro da Fazenda. Quando Funaro caiu, não se viu, nem se ouviu qualquer palavra de conforto ao ex-ministro que, a certa altura, chegou a ser apontado como um dos "prestigiáveis" do partido.

O Plano Bresser, por sua vez, não recebeu nenhum respaldo da direção nacional, fato que causou surpresa a assessores bem próximos de Sarney e do ministro da Fazenda. Diante do silêncio da direção, deputados e senadores, sentindo pressões das bases, começaram a triturar o plano econômico — em entrevistas, em pronunciamentos no plenário semivazio da Constituinte, em reuniões, informais.

Sábado e domingo últimos os disparos contra a reforma econômica e contra Bresser Pereira partiram de peemedebistas de São Paulo. Não se tomou conhecimento de gestões dos senadores paulistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso de evitar ou amenizar as críticas contra o ministro, indicado ao presidente da República pelos próprios peemedebistas de São Paulo.

Hoje, haverá o comício das diretas 88 ao pé da rampa do Congresso. No próximo fim de semana, teremos em Brasília reunião nacional do PDT, com Leonel Brizola à frente. O clima que se está criando para a convenção e as decisões do PMDB, dias 18 e 19, não deve ser do agrado de José Sarney e de Ulysses Guimarães.

F.M.

Constituição vesga

Os resultados do comício Pró-Diretas 88, esta tarde, ao pé da rampa do Congresso, deverão fornecer subsídios aos grupos antiestatizantes do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB, do PDC e do PL na definição da estratégia que pretendem usar, nos próximos combates na Assembleia Constituinte.

Ninguém ignora que as facções mais à esquerda, formadas por parlamentares e militantes do PDT, PT, PCB, PSB, PC do B e parcelas do PMDB, não se vão limitar, nos discursos de hoje, a defender eleições presidenciais diretas em 15 de novembro de 1988. O Plano Bresser, a Constituinte, estabilidade zero, política salarial, reforma agrária, anistia serão também alguns dos temas.

Dai a iniciativa de dois grupos distintos, mas com idênticos objetivos, de buscar acordos para enfrentar a "escalada estatizante". Os negociadores dos dois grupos garantem que, se não houver entendimentos, o País terá uma Constituição vesga — retrógrada ou revolucionária. O primeiro grupo tem como líderes os deputados Expedito Machado (PMDB), Afif Domingos (PL) e Humberto Souto (PFL); e o outro, Lúcio Alcântara, Jayme Santana, Saulo Quetroz e Alcení Guerra, do PFL, e Pimenta da Veiga, Paulo Macarini, Euclides Scalco e Miro Teixeira, do PMDB — estes previamente autori-

zados pelo líder Mário Covas a aprofundar as conversas com o chamado "grupo moderno" do PFL.

Os dois movimentos dizem lutar por uma Carta moderna, justa, equilibrada, sem excessos, capaz de refletir a média da sociedade.

Recordistas

Levantamento do Correio Brasileiro aponta os deputados Felipe Cheide, do PMDB de São Paulo, e Alair Ferreira, do PFL do Rio de Janeiro, como os recordistas: não falaram nada e não apresentaram nenhuma proposta à Assembleia Constituinte. Para quem os conhece, nenhuma surpresa.

PDC

Além do PL, também o PDC conseguiu o seu registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral.

Definição

As posições assumidas pelas esquerdas do PMDB, de combate aberto ao governo Sarney, deverão alimentar, ainda mais, a irritação do líder do PMDB, deputado José Lourenço. Sua pretensão é a de cobrar definições do chefe do governo — ou fica com o PMDB das nomeações, das visitas, das viagens, dos tapinhas nas costas, ou com o PMDB que ainda não desceu dos palanques, que sai do Planalto com nomeação garantida, mas no "pinga-fogo" do Congresso crítica o governo e prega até o rompimento.